**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de um docente**

*Paloma Soares Pereira*[[1]](#footnote-1)

**EIXO TEMÁTICO:** VII – Políticas públicas para as crianças e com elas

**RESUMO**

O presente estudo traz o histórico da Educação Infantil, através dos documentos oficiais que a norteiam, juntamente com considerações desses mesmos documentos sobre a Educação Especial. Trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo investigar a concepção de um professor de educação infantil do município do interior do estado de São Paulo sobre a inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral, para isso foi realizado uma entrevista semi-estruturada com a docente da Educação Infantil e suas respostas forma organizadas em categorias para discussão dos resultado.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Educação Especial; Inclusão

**EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

O primeiro documento em que as crianças passam a ser consideradas sujeitos social e de direito é a Constituição Federal (1988) e a incorporação da creche e da pré-escola à educação foi explicitada na Leis de Diretrizes e Base (LDB) de 1996 em que a EI passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica. A LDB enfatiza que o desenvolvimento integral da criança seja feito “[...] em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social” (Brasil, 1996, p. 11).

Em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) evidencia as preocupações com a qualidade do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, estes documentos não trazem nenhuma referência a criança com de necessidades especiais no desenvolvimento dos eixos de trabalho. Segundo Vitta, Silva e Zaniolo (2016) isso sugere duas interpretações, a primeira que esta criança não é levada em consideração por esse documento e a segunda é que esta criança deve ser vista como outra qualquer, deve-se considerar a segunda opção de, pois os documentos refere que a criança deve ser considerada com suas individualidades e diferenças e que a instituição de educação infantil deve-se tornar acessível a todas as crianças.

Em relação a Educação Especial, a LDB (reformulada em 2013) a define como uma modalidade da educação escolar para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tem início para crianças a partir dos 0 anos e que a partir desta idade a escola poderá indicar se o educando deve ser encaminhado para classes, escolas ou serviços especializados quando as condições especificas do aluno o exigirem.

Em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE), explicita o direito da criança à EI com o objetivo de atender na totalidade as crianças a partir dos 4 anos e 50% das crianças até 3 anos. O PNE (2014) traz como estratégia obter, pelos órgão responsáveis, informações detalhadas e específicas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação de 0 a 17 anos. Em suas diretrizes relata que a Educação Especial deve ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino e deve se iniciar pela EI de forma preventiva.

São vários os documentos que vêm afirmando o direito da criança de 0 a 6 anos à EI. Enquanto a Educação Especial existe uma falta de documentos que orientem e norteiem corretamente essa questão, pois não há uma legislação eficiente que assegure inclusão de qualidade da criança.

**A EDUCAÇÃO INFANTIL ATUAL E O MUNICíPIO DE ARARAQUARA**

Os dados do Censo Escolar 2018 (Inep, 2018) revelam que há 103 mil estabelecimentos de ensino de EI no Brasil, as pré escolas são responsáveis por atender 5,2 milhões de alunos na faixa de 4 a 5 anos, 91,7% desta população, não atingindo a meta de 100% do PNE (2014). Já as creches atendem 32,7% da faixa etária de 0 a 3 anos, indicando que deve elevar as matrículas dos atuais 3,6 milhões para cerca de 5,5 milhões, para que o atendimento chegue a 50% como propõe o PNE (2014). O Censo Escolar (2018) relata um aumento na proporção de alunos incluídos na EI, entre 2014 e 2018, de 77,4% para 88,9% totalizando atualmente 70.208 crianças incluídas.

Estudos de Campos, 2011; Kramer, 2006; Abuchauim, 2018 mostram que 80% das instituições de EI oferecem uma educação para crianças de 0 a 5 anos de baixa qualidade, e isso se acentua com o baixo investimento nesta etapa da educação, pois os valores estimados por aluno no Fundeb estão abaixo do gasto real dos municípios com a EI, além disso temos que essa etapa da educação foi a que menos avançou em termos de investimento quando comparada com as demais etapas entre os anos de 2000 e 2010 e os valores por aluno estimados estão abaixo do que é considerado ideal para padrões básicos de qualidade. Essa diferença de investimento também é trazida pelo IPEA (2008) que relata uma desigual distribuição dos benefícios das políticas sociais e as disparidades de gastos per capita são nitidamente inferiores para crianças e adolescentes, principalmente para crianças de 0 a 3 anos.

O município de Araraquara possui atualmente 64 escolas de EI e segundo o censo escolar de 2018 o município tem matriculado 10.288 crianças nesta etapa da educação, dentre eles Araraquara atende 104 crianças, Publico Alvo da Educação Especial, revelando baixo número de inclusão nessas faixas etárias.

Os dados de acesso, inclusão e investimento mostram o quanto ainda é preciso avançar nessa etapa educacional, com mais investimentos em recursos e em pessoal, pois as perspectivas de mudanças estão postas em lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas.

**OBJETIVOS E METODOLOGIA**

A pesquisa teve como objetivo geral investigar um dos trabalhos pedagógicos do município de Araraquara e sua contribuição para a educação inclusiva de um aluno com Paralisia Cerebral. Trata-se por tanto de um estudo de caso, que por si só já lhe insere no campo qualitativo, o que permite investigar os aspectos da realidade que estão contidos, através da coleta de dados empíricos, descrevendo momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida de indivíduos. (Dezin e Lincoln, 2006)

A coleta de dados empíricos se realizou através de uma entrevista semiestruturada com um docente da EI de uma escola municipal de Araraquara, sendo este do sexo feminino, com 32 anos de atuação, formado no magistério e posteriormente cursou faculdade de história e geografia. Através de perguntas estruturadas e duvidas que surgiam ao longo da entrevista, obteve informações acerca das maneiras pelas quais se dava seu trabalho pedagógico com um aluno com Paralisia Cerebral, em uma sala de aula comum, em um contexto de EI inclusiva. Durante esse processo de coleta de dados, o docente permitiu o uso de um aplicativo de celular para gravar a entrevista, possibilitando à pesquisa maior exatidão nos dados coletados sem que eles possam ser esquecidos e/ou alterados, além de permitir que até os aspectos mais subjetivos possam ser, posteriormente, analisados (Belei, 2008).

A análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) onde foi feita uma categorização destes para melhor compreensão e discussão dos dados verbais coletados, permitindo assim compreender aquilo que está por traz das palavras.

**RESULTADO E DISCUSSÃO**

A primeira categoria a ser analisada foi o *Ser Docente*, a professora fala o lado afetivo da relação professor-aluno, principalmente na EI, por causa da idade das crianças que frequentam a instituição. Relatando que "trabalhar na educação infantil envolve muito do lado afetivo, não dá para desconsiderar com as crianças pequenas esse lado afetivo", na fala da docente também encontra-se o aspecto educacional como "ser professor para mim é estar junto com ele fazer com que eles descubram juntos através das experiências que eles tem, com as vivencias" e vai além mostrando a dualidade existente nessa etapa da educação, entre o cuidado e educação: "É muito assim tem o cuidar e tem as disciplinas, os conteúdos que tem que trabalhar. Me sinto até privilegiada pois aqui não trabalha uma disciplina única, aqui é realmente um trabalho multidisciplinar mesmo, conteúdo global".

A segunda categoria é a *Socialização* da criança com Paralisia Cerebral, para a professora, "a interação com os outros amigos, é grande, ele interage com os outros amigos e os amigos com ele. Então eu acho que essa socialização dele é importante". A integração de todos os alunos pode ser responsável por permitir a criação de um ambiente acolhedor dentro da sala de aula e por conseqüência é mais fácil para o aluno construir a sua aprendizagem, além de permitir, também, a construção das mais diversas habilidades, trazendo assim a importância da socialização para a promoção da inclusão. (Cappelini e Rodrigues, 2009).

O processo de socialização é facilitador quando as crianças não são rotuladas como incapazes e ineficientes, mesmo com suas limitações. A entrevistada relata que a criança: "Na questão de aprendizagem ele acompanha igual as outras crianças, ele tem a dificuldade motora é claro, mas a intelectual dele, ele acompanha" trazendo assim um contexto afetivo e social bastante estimulador (Macedo, 2008).

Na terceira categoria *Família e Equipe Pedagógica*, foram agrupados os dados referentes a relação entre a docente e a família da criança. Relatando sua preocupação maior é "trabalhar com a família pois é o primeiro ano que a criança vem para escola, então passar a segurança para família", a docente relata a ativa participação dos pais no processo de escolarização da criança, a docente relata que a única fonte de informações sobre a criança é a mãe em uma entrevista inicial, além das trocas de informações na entrada e saída de aula e a participação assídua dos responsáveis nas reuniões de pais. Isso fica bem evidente na seguinte frase: "Para ser sincera, né. Só através da família. Só recebi que iria receber um aluno com paralisia cerebral, depois teve uma entrevista com a mãe que me passou algumas informações"

Quanto a equipe pedagógica, a docente conta com o apoio da direção e da secretária de educação, mas sente falta de um trabalho conjunto com a Atendimento Educacional Especializado, pois segundo relato da pedagoga: "O aluno recebe esse atendimento de Educação Especial mas não sei os dias da semana pois é de manhã. Ela ficou de mandar o plano mas ainda não mandou, ela veio só no primeiro dia que ele veio, e não tive mais contado, não tem um trabalho colaborativo, só no primeiro dia que ele veio para ver essa receptividade como seria".

Sant'Ana (2005) relata que o envolvimento de todos os membros da equipe escolar e profissionais da saúde é fundamental para que haja uma articulação entre o que já foi realizado e o que pode ser feito, de maneira mais ampla, durante o planejamento de ações e de programas, construindo uma escola pronta para atender todos os indivíduos, sem discriminação.

A próxima categoria *Concepção de Aprendizagem* a docente relata que na "questão de aprendizado, ele é uma criança inteligente, ele acompanha os conteúdos que vou trabalhando, ele participa, eu dou uma atividade para a turma ele quer aquela atividade". Ao aceitar que “[...] nada se determina no momento do nascimento ou antes dos seis anos” (Perrenoud, 2001, p. 135), o professor poderá valorizar todos os progressos de seus alunos, inclusive daqueles que apresentam mais dificuldades e convencê-los de que eles podem aprender. Dessa forma, o princípio da inclusão poderá ser efetivado ao exigir uma nova escola e uma nova sociedade, com atitudes e posturas diferentes, de maneira a garantir o direito ao acesso e permanência na escola e o direito de ser diferente sem ser rotulado, discriminado ou segregado (Capeline e Rodrigues, 2009).

A quinta categoria *Acessibilidade* a docente se refere que "foram necessárias algumas adaptações para que ele pudesse desenhar, mas ele faz as atividades adaptadas que foram desenvolvidas", mostrando a adaptação física e curricular; depois relata que "Adquirindo materiais próprios para atender essa criança" facilitando assim a atividade da criança com a aquisição de materiais pedagógicos e por ultimo mostra que a escola juntamente com a secretária de educação se preocupou com a acessibilidade arquitetônica da escola relatando "que a supervisora viesse para conhecer a escola para questão de acessibilidade" tratando a criança assim de forma eqüitativa, como prevê Oliveira e Leite (2007) onde uma escola inclusiva, por sua vez, é pautada no princípio da equidade, pois respeitar a diferença não é se opor à igualdade, pois todos são diferentes, e sim atender às necessidades específicas de cada um.

Mesmo com todas as precauções tomadas pela escola, o local em que a instituição se encontra atualmente não é acessível, a escola se encontra hoje em uma casa alugada, pois o prédio institucional está em reforma, a docente relata que para locomoção: "ele fica na cadeira ou no colo da Eliane (agente educacional)" e que a criança também faz uso de uma andador, que a mãe trás na segunda e leva embora na sexta, mas existem degraus na casa, além de ser uma casa de dois andares.

A última categoria *Concepção do Docente Sobre Inclusão,* onde ao ser perguntada "Como você vê a inclusão de alunos com deficiência de forma geral, no ensino comum?" a entrevistada relata: "Acho que tem crianças que tem condições de estarem e faz bem até para ele, as inclusões que tive até hoje foram inclusões muito saudáveis, onde eles tiveram ganho e a turma também, lidar com essas diferenças. Só que também eu acredito que algumas inclusões, que eu não tive só que eu já vi, são severas que as vezes a criança não consegue interagir, não consegue ter ganho nenhum" mostrando que a pedagoga acredita que a inclusão escolar não é para todos.

Para a inclusão escolar acontecer, Macedo (2008) afirma que é necessária uma mudança de atitude dos docentes para que haja, posteriormente, uma mudança de atitude nas crianças. A escola deve ser um espaço que valorize a diversidade dos sujeitos e que utilize de propostas e alternativas para que essas crianças sejam verdadeiramente incluídas, valorizadas e acolhidas. A proposta de escola inclusiva considera que cada aluno aprende em seu ritmo, seguindo seus próprios modos de pensamento e que ao docente cabe propiciar situações didáticas diferenciadas no momento mais adequado (Perrenoud, 2001).

A pedagoga disconcorda com Perrenoud pois ao se exemplificar melhor sobre sua concepção relata o caso de uma criança autista que atendeu em anos anteriores e que esta não se adaptou na escola pois a "talvez ela precisasse de outras coisas antes de estar chegando na escola, na verdade a escola, as vezes, para uma criança dessa deve assustar, tem muito barulho, uma coisa muito grande, é muita gente".

Carneiro (2012) explica que é na EI que a inclusão escolar deve começar, oferecendo aos alunos com deficiência condições de se desenvolverem como cidadãos de fato e de direito, promovendo assim a formação de uma nova geração livre de preconceitos para com o outro, com possibilidade de que as gerações futuras possam romper com os preconceitos em relação às diferenças, pois terão valores como responsabilidade, tolerância, justiça e solidariedade, constituindo o corpo central de sua formação e refletindo na sociedade, como um todo (Tedesco, 1998).

**CONSIDERAÇÃO FINAL**

O aprofundamento no conhecimento sobre as condições de funcionamento e as práticas vigentes nessas instituições trazem o panorama sobre a EI, mas não mostram os caminhos para alterar essas condições para as redes educacionais que atendem grandes populações. Esse panorama geral da EI reforça a urgência na adoção de medidas de política educacional que permita ganhos de qualidade na creche e na pré-escola. Essas ações podem ter efeitos positivos não só na qualidade nesta etapa da educação, mas também nas melhores oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem propiciadas às crianças com ou sem deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A capacitação dos profissionais que atuam com as crianças de 0 a 5 anos deve contemplar o significado da Educação Infantil como um direito e a capacitação para Educação Especial para que promova assim a educação equitativa de todas as crianças, pois a inclusão escolar se efetiva na equidade, e não na igualdade entre os educandos, com a promoção de condições de aprendizagem diferentes de acordo com a necessidade de cada criança, almejando assim um sistema educativo que diminua com efetividade as desigualdades dos alunos, seja elas de acesso, permanência ou de dificuldades para o aprendizado, sejam elas de ordem biológica ou social.

A pesquisa, por se tratar de um estudo de caso, apresenta limitações no sentido de não abranger a realidade de uma forma mais ampla, promovendo concepções simplistas a cerca do processo de inclusão escolar e dos meios para promovê-las. Sendo estudado somente a entrevista semi-estruturada realizada com um docente, fator esse que impede a generalização dos resultados observados, podendo assim sofrer mudanças de acordo com a especificidade de cada situação.

**REFERENCIAS**

ABUCHAIM, B. O. Panorama das políticas de educação infantil no Brasil. Brasília: UNESCO, 2018.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELEI, R. A. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 30, p. 187-199, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394). Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brasília, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

CAMPOS, M. M. et. Al. A qualidade da educação infantil: um estudo de seis capitais brasileiras. Cadernos de Pesquisa, v.41, n.142, p 20-54, 2011.

CAPELLINI, V. L. M. F; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. Educação, v. 32, n. 3, p. 355-364, 2009.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional, v. 8, v. 12, p. 81-95, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA), Políticas sociais – acompanhamento e analise. Caderno 16, nov. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), Censo da Educação Básica 2018. Brasília, INEP, 2019.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação intantil e/é fundamental. Educação e Sociedade, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

MACEDO, P. C. M. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental. Revista SBPH, v. 11, n. 2, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 15, n. 57, p. 511-524, 2007.

PERRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANT’ANA, I. M. Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

TEDESCO, J. C. O novo pacto educativo. São Paulo: Ática, 1998.

VITTA, F. C. F.; SILVA, C. C. B. da; ZANIOLO, L. O. Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 1, p 9-26, jan - mar., 2016.

1. \* Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Discente do Mestrado em Educação Escolar, Rodovia Araraquara-Jaú Km 1 - Machados - Araraquara/SP - CEP 14800-901, (16)3334-6225, paloma.pereira@unesp.br [↑](#footnote-ref-1)